

Entre a qualidade da habitação e a afirmação profissional: análise dos instrumentos que norteiam a atuação do arquiteto urbanista e sua relação com o mercado habitacional popular

Jéssica Queiroz da Silva Falcão¹
Hernán Armando Mamani²

GT 1.Reestruturação do espaço Urbano-Regional, Dinâmica Econômica e Impactos
no Emprego

Resumo

Este artigo tem como objetivo buscar instrumentos para a inserção dos arquitetos urbanistas no mercado habitacional popular³, tomado como um espaço necessário de afirmação profissional, como agente importante para a qualidade da habitação e acessível para as demandas populares. A pesquisa inicia a partir da observação da problemática: crise profissional da arquitetura e urbanismo no mercado da construção civil e sua imagem elitista; o problema da distribuição da terra, que influencia diretamente a distribuição e qualidade da habitação para as classes populares; os resultados questionados por estudos anteriores, das políticas habitacionais brasileiras; e os desafios enfrentados pelo maior número de profissionais formados a cada ano, disputando uma parcela reduzida de mercado. Dessa forma, os procedimentos metodológicos utilizados foram pesquisas bibliográficas e documentais. Concluímos que o entendimento desses instrumentos, é o início para repensar a inserção desses profissionais nos mercados da construção civil, principalmente o específico da habitação popular.

Palavras-chaves: Arquitetura e Urbanismo. Atuação Profissional. Mercado Habitacional Popular. ATHIS.

1 Introdução

Este artigo tem como objetivo buscar instrumentos para a inserção dos arquitetos urbanistas no mercado habitacional popular⁴, tomado como um espaço

¹ Mestranda PPGDAP/ UFF Campos e Bolsista CAPES. jqfalcao@gmail.com.

Especialista em Arquitetura da Cidade: suas dinâmicas e tecnologias - IFF Campos-Centro, Arquiteta e Urbanista - IFF Campos-Centro. <https://orcid.org/0000-0002-8248-9545>

² Professor COC/PPGDAP UFF Campos. hernanmamani@id.uff.br.

Doutor em Planejamento Urbano e Regional - IPPUR, Cientista Social - UFRJ.

³ Escolhemos usar a denominação popular ou populares e não baixa renda, como geralmente é escolhido pelos estudos (pela separação por renda ser a diferenciação do acesso às políticas habitacionais), por entender que não é apenas o caráter econômico que diferencia as pessoas, porém também demais aspectos culturais, os quais definem gostos e formas de apropriação do espaços, cuja compreensão é relevante para a temática da pesquisa e para a atuação em arquitetura e urbanismo.

⁴ Escolhemos usar a denominação popular ou populares e não baixa renda, como geralmente é escolhido pelos estudos (pela separação por renda ser a diferenciação do acesso às políticas habitacionais), por entender que não é apenas o caráter econômico que diferencia as pessoas, porém também demais aspectos culturais, os quais definem gostos e formas de apropriação do espaços, cuja compreensão é relevante para a temática da pesquisa e para a atuação em arquitetura e urbanismo.

necessário de afirmação profissional, como agente importante para a qualidade da habitação e acessível para as demandas populares.

O artigo se justifica na necessidade de analisar esses instrumentos, pelos mesmos além de serem recorrentes no campo prático, nas ações de afirmação profissional promovidas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR), são utilizados no campo acadêmico para legitimar ações em prol da qualidade construtivas das edificações e das cidades, sem um maior aprofundamento sobre sua origem e seus impactos atuais na inserção profissional no mercado.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram pesquisas bibliográficas e documentais, para realizar a contextualização do tema e assim, desenvolver a análise de conteúdo. Dessa forma, o artigo está estruturado em três seções além desta introdução. Na primeira seção, são apresentados o contexto empírico e os níveis analíticos, que nortearam a escolha dos eixos analíticos do trabalho. A segunda seção, mostra a análise dos eixos analíticos escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa. E na terceira seção, constam as conclusões da pesquisa.

1.2 Contexto

Na prática profissional, é notável o desconhecimento das atribuições dos arquitetos e urbanistas, principalmente pelas classes populares, onde não é facilmente entendido a sua diferenciação com as profissões afins, engenharia civil e decoração e conseqüentemente, sua relevância para a qualidade das habitações e acessibilidade para essa faixa da população. Panorama esse, que contraria os preceitos presentes na formação acadêmica dos profissionais, onde o seu papel social e profissional, como organizador do espaço para a qualidade das edificações e do restante do contexto urbano, é a base de seu propósito profissional. No entanto, mesmo essa função social sendo teoricamente afirmada durante a graduação, a maior parte de sua formação é realizada na preparação dos profissionais para atuarem em grandes projetos e não nas demandas mais populares. O que contribui para que a sua inserção no mercado, se concentre no atendimento de camadas de classe média e alta. Também contribuindo para afastar os princípios de formação da prática profissional, temos as demandas do mercado, com seu imperativo de racionalizar os espaços ao máximo, proporcionando o mínimo de conforto (mínimo para atingir parâmetros legais e não de usabilidade real), além da padronização de projetos (para

acelerar o processo construtivo, desconsiderando as necessidades dos usuários), para alcançar o lucro máximo. Como resultado, o cenário de crise profissional que começa com a dificuldade de afirmação e prática profissional, continua com a proletarização da profissão, com vínculos trabalhistas em sua maioria informais e perda de autonomia prática, principalmente notada no ato projetual.

Como forma de alterar esse cenário, temos a Lei de Assistência Técnica (lei 11.888/2008 - ATHIS⁵, que entrou em vigor em 24 de dezembro de 2008. A ATHIS surge com o discurso de ser uma alternativa viável para promover a qualidade e adequação das habitações de interesse social, pois ao contrário do que é realizado pelos programas de empreendimentos habitacionais, ela se pauta em através da assessoria técnica desses profissionais, semelhante a forma que é realizada para as pessoas de maior poder econômico, trazer uma equidade de tratamento e assim atender às necessidades dos beneficiários. Como impacto imediato, a sua aplicação traria a maior atuação dos profissionais da área na questão habitacional e com o tempo não iria apenas dirimir o déficit habitacional qualitativo, mas também o quantitativo.

1.3 Níveis Analíticos

Ao observar tanto as manifestações do CAU em prol da ATHIS ou em defesa da atuação dos arquitetos e urbanistas como um todo no mercado da construção civil, além dos conceitos da formação acadêmica, verificamos que a afirmação profissional é ligada diretamente a qualidade do espaço construído.

Nas iniciativas já implementadas com base na ATHIS, vemos que as maiores dificuldades relatadas são a falta de recursos financeiros e logísticos; insuficiente preparação dos profissionais para atenderem essa demanda; demanda maior do que os profissionais selecionados; inadequação das habitações existentes e os lotes, no enquadramento das leis e demais instrumentos urbanos; altas taxas municipais e de

⁵ Que assegura às famílias de baixa renda (até 3 salários mínimos mensais), residentes em áreas urbanas ou rurais, o direito à assistência técnica pública e gratuita de arquitetos urbanistas e engenheiros civis para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia, cuja verba para sua realização é composta por repasse de recursos federais aos municípios via termo de compromisso ou termo de repasse, onde o município tem o papel de fazer a conexão entre profissionais e usuários. Desde então, apenas 122 cidades em 16 estados e no Distrito Federal foram beneficiados com repasses do governo federal. Ao todo, foram investidos R\$ 27,9 milhões e o último contrato assinado para transferência de recursos foi em 2010.

cartório para legalização de imóveis; falta de adequação dos projetos às reais necessidades dos moradores (o que se verifica na mudança de decisões no ato da obra); e falta de alinhamento entre os cronogramas de execução das obras e a realidade dos beneficiários (CUNHA; ARRUDA; MEDEIROS, 2007).

Já nas iniciativas privadas, Livingston (2002; 2006) apresenta metodologias de serviços de arquitetura diferentes das convencionais, aplicadas em seu escritório na Argentina. Começando pela forma de cobrança dos honorários, que não é por projeto (serviço completo) e sim por etapa, podendo o cliente decidir até quais etapas o serviço será feito. Continuando na forma de desenvolvimento do projeto, o cliente participa ativamente da elaboração, não apenas informando as suas necessidades e referências, mas decidindo juntamente com os profissionais cada aspecto do projeto, assim, o resultado final não representa a assinatura estética do profissional e sim a mistura entre as questões técnicas formais e culturais dos clientes. Outro ponto relevante, é que os desenhos apresentados, são os mais simples possíveis para facilitar o entendimento por leigos e que não são usadas técnicas mais refinadas de apresentação dos projetos, para encantar os clientes. Essa metodologia foi adaptada e aplicada no Brasil por Nogueira (2010) e Mendonça (2014). Na primeira experiência, a adoção pela metodologia menos convencional foi considerada mais simples de ser executada e atender as necessidades dos clientes e dos profissionais, mesmo com as barreiras econômicas e burocráticas. A segunda, por se tratar de uma camada da sociedade com mais carência financeira, foi necessário a realização de oficinas para aprendizagem das técnicas construtivas, já que as clientes seriam a mão de obra executora.

2. Eixos Analíticos

No processo de desenvolvimento do projeto, os conceitos de arquitetura e urbanismo como: predominantemente uma **profissão liberal; a função social e profissional da arquitetura e do urbanismo; as características do bem arquitetônico; arquitetura social e arquitetura de mercado**, se mostraram essenciais para a discussão, por serem conceitos muito falados empiricamente na afirmação profissional, como defesa da prática profissional como um todo e também na defesa das ações da ATHIS. Conceitos esses cujas origens, definições e versões não são explicadas no campo prático. Os mesmos se apresentaram assim, como

conteúdo interessante para avaliar a validade da ATHIS como campo de afirmação profissional e qualidade habitacional, juntamente com o **conceito de arquitetura política e política na arquitetura**, inserida na lista, após os primeiros questionamentos e estudos da bibliografia.

2.1 Arquitetura e Urbanismo como Profissão Liberal

O posicionamento como profissional liberal de forma majoritária, apesar das opções de assalariamento pelo setor privado e público, surgiu como um questionamento: como ele se estabeleceu, por qual motivo e quais são suas implicações?

Para Segnini (2002, p. 6), “Nos séculos XV e XVI, observa-se, cada vez mais, que as Belas Artes, tanto na Itália como na França, são associadas às artes liberais, possibilitando que o arquiteto adquira o estatuto de intelectual e o de artista.”

Castilho (2014, p. 6) complementa informando que,

o arquiteto é definido no Dicionário da Academia Francesa (edição de 1878) nestes termos: “O artista que compõe os edifícios, determina suas proporções, as distribuições, a decoração, e os faz executar sob suas ordens, controlando as despesas. Em consequência, o arquiteto é, a um só tempo, um artista e um prático. Sua função é a de conceber e estudar a composição de um edifício, de dirigir e supervisionar a execução dele, de verificar e controlar as contas de despesas a ele relativas.

O caráter liberal da profissão foi formulado pelo Código Guadet (1895), onde na busca de uma legitimação específica para a profissão na França, Julien Guadet⁶ criou a partir da reformulação da escola na qual lecionava, que a partir de 1867 começou a expedir diplomas de arquitetura, gerando assim, novos contornos para a profissão. Para Segnini Jr. (2002), a criação do código é também uma tentativa de deixar mais formal o *status* de utilidade pública, que a sociedade de arquitetos franceses consegue em 1892.

[...] destacando-se das outras atividades ligadas à construção material (ou seja, afastando-se das artes mecânicas, sobretudo a engenharia). Mas entendeu-se que os arquitetos não poderiam ser considerados como artistas apenas: tinha-se que esclarecer precisamente sua função profissional como se tinha também de determinar uma preparação científica, prévia e suficiente, na academia. (CASTILHO, 2014, p. 2).

Apresentado pelo Guadet, a escrita do documento se preocupa em afirmar a configuração como profissão liberal e por isso, o pagamento dos serviços deveria ser

⁶ “O arquiteto não se confunde com nenhum outro agente”, de acordo com Castilho (2014, p. 1), essa era a lição que o arquiteto racionalista francês Julien Guadet, passava. Ele também foi professor, perito, inspetor geral de edifícios. Sua produção data do final do séc. XIX.

feito por honorários exclusivamente pagos pelo cliente. Para ele assim o arquiteto teria a liberdade de projetar conforme as necessidades do cliente e de ser leal ao mesmo, não sendo influenciado por pagamentos de fornecedores, construtores ou empresários. Por isso a preocupação do código na distinção do profissional arquiteto, do comerciante, do engenheiro, do construtor e do empresário ou empreendedor. E de formar a imagem do profissional com sua ação liberal e por isso, honrada. No código, o arquiteto que passar a ser empresário, perde a identidade de arquiteto e passa a ser apenas empresário.

A influência francesa na ação prática profissional brasileira, também é apontada por Durand (1974), a qual se diferencia da “ênfase no caráter “técnico” do arquiteto americano, o qual se especializa mais em determinados tipos de projetos, diferente das práticas mais generalistas dos arquitetos brasileiros, para poderem se inserir em qualquer tipo de serviço arquitetônico.

2.2 Função Social e Profissional da Arquitetura e Urbanismo

Segundo Castilho (2014), na época de Guadet já se falava em papel social profissional,

[...] Tentava, assim, regular os concursos públicos de Arquitetura, declarar regras deontológicas, afirmar direitos autorais, instituir uma caixa de seguros, **demarcar enfim o papel social do profissional** – que não era empregado e nem empresário. CASTILHO (2014, p. 5, grifo nosso).

Entendemos assim que o papel social do profissional é conceituado nesse momento, como a ação liberal em utilizar seus conhecimentos para atender as necessidades exclusivas do cliente, aquelas claro, que não se sobreponham ao bem comum.

Para Thiesen (2015) no caso da função social utilizada para a habitação popular, o conceito que é pretendido, cria um confronto pois, possui base marxista para atuar em um mercado capitalista, pois o próprio uso do termo “responsabilidade social” é utilizado como jargão empresarial (THIESEN, 2015, p. 175). Assim para ele, o conceito se trata em mais do que projetar espaços de qualidade e sim, com isso ou por isso, atuar politicamente na transformação social,

A produção habitacional tem se mostrado como um campo onde não somente os arquitetos podem se inserir em busca de experimentar suas capacidades de produzir espaços de qualidade e adequados à vida humana, mas também como um campo em que a disputa política pela transformação social ganha concretude. (THIESEN, 2015, p. 181-182).

Também nessa linha, Tilton e Leite (2010) indicam o papel social da arquitetura e do urbanismo pela necessidade de remodelação das disciplinas, para responder melhor às novas dinâmicas da sociedade, a partir de reflexões sobre a vida contemporânea nas metrópoles, como uma luta contra o neoliberalismo e seus impactos no solo urbano “como fragmentação, retalhamento, desarticulação, terrenos vagos, fluidez e rede de fluxos [...] (TITTON e LEITE, 2010, p. 1).

Alberti, sintetiza papel do arquiteto com a união dos conhecimentos técnicos, artísticos e em ciências humanas,

[...] o arquiteto é compreendido como um sábio pelos seus conhecimentos de geometria e engenharia e como um humanista pelo seu conhecimento da tradição e da história. Sua expressão é o desenho que, para Alberti, é o traço de união entre a arquitetura e as matemáticas. (ALBERTI, [entre 1443 e 1453] *apud* SEGNINI JR, 2002, p. 7).

Segnini Jr. (2002) aponta que a função da arquitetura era de ordem simbólica, ou seja, através dos recursos decorativos de fachadas e interiores dos estilos clássicos, afirmar de forma concreta a imagem de poder dos clientes, sendo os primeiros clientes a Igreja e a aristocracia, posteriormente, com a diminuição de seu poder e ascensão da burguesia, essa era a classe que buscava expor sua riqueza e cultura pela exibição de seu acesso às artes, incluindo a arquitetura. Com o desenvolvimento dos governos nacionais, o simbolismo pelas obras passou a ser também requisitado pelos Estados (Democráticos ou ditatoriais). No Brasil, essa necessidade de simbolismo nacionalista, se apresentou nos períodos de governo de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961) com o uso da arquitetura moderna, em uma tentativa de mostrar a nova/verdadeira imagem do país, uma imagem moderna, honesta e nacionalista⁷.

Nessa época, “o arquiteto tipo deveria ser um profissional liberal, individualista e onipotente nas suas decisões. Éramos formados tendo como meta a genialidade, com toda a carga de expectativas e frustrações decorrentes.” (SANTOS, 1980).

⁷ A escolha do estilo moderno é a sua característica buscar novas formas de viver e produzir, mais conectadas com os avanços tecnológicos; de alinhar a forma conceitual à estrutura, a beleza à função, por meio de uma arquitetura honesta, ou seja, que não esconde as estruturas e a relação interior x exterior como os estilos clássicos e ecléticos faziam. Outro ponto importante do estilo moderno, foi sua preocupação com o planejamento urbano e a questão social, pensando na cidade a partir de suas funções (habitar, trabalhar, lazer e circular). Porém, apesar de ter momentos de se pensar no uso da técnica para melhorar as condições sociais das cidades, os resultados, foram de excesso de racionalismo, ocasionando setorização dessas funções e afastamento dos mais pobres das áreas “melhor planejadas”. O estabelecimento da mesma como a linguagem arquitetônica nacional, foi através de disputas entre os defensores do modernismo (estilo internacional principalmente divulgado por pelo arquiteto franco-suíço Le Corbusier, mas adaptado às características brasileiras) com os defensores do estilo neocolonial (DEDECCA, 2018; LINARDI, 2017; NOVO, 2018).

Porém, questionamentos dentro e fora da academia começaram a surgir, com os resultados negativos do planejamento racionalista na qualidade urbana e arquitetônica, sendo um grande exemplo, a construção de Brasília, assim como a atuação de seus mais reconhecidos profissionais (Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Rino Levi). Um dos maiores críticos, o arquiteto da corrente moderna paulista, Vilanova Artigas, atribuía ao desenho o papel social da profissão. “A necessidade dos arquitetos paulistas terem contato estreito com as obras que projetavam, fez ampliar a consciência das desigualdades das classes sociais envolvidas nos processos de produção da arquitetura resultando em uma interpretação marxista da arquitetura.” (LINARDI, 2017, p. 79). Artigas entendia o desenho como o principal instrumento da técnica arquitetônica, o qual por si mesmo, sendo um saber que ficava em poder dos profissionais de ensino superior, era um instrumento de alienação dos demais profissionais da construção civil. Então para Artigas, a questão social não era apenas a equidade nos espaços de qualidade, mas também nas relações de trabalho, principalmente nas de grandes obras, como de Brasília.

As críticas de Artigas também eram estendidas para o planejamento urbano, como forma de mascarar as reais intenções da burguesia.

“Palavras que constituem também o alerta de um líder burguês aos seus comandados arquitetos, urbanistas e sociólogos de arrabalde, no sentido de não esquecerem nunca que os “planos” não aspiram realizar muito mais do que convencer o público da inocência da burguesia. Que o proletariado se convença que o cortiço, a ignorância, a fome, a “reduzida e mesquinha forma de vida que é obrigado a levar”, têm a sua origem não na exploração do homem pelo homem, na essência do regime capitalista, mas “no estado atual de nossas cidades”, no caos urbano!” (ARTIGAS, 2004, p. 40).

Essas críticas ocasionaram a remodelação do ensino de arquitetura da Universidade de São Paulo (USP) e influenciou os seus alunos e novos profissionais como Sérgio Ferro, Rodrigo Lefebvre e Flávio Império, que formaram o grupo Arquitetura Nova (1960).

O grupo avança nas questões iniciadas por Artigas, em questionar as relações de trabalho não apenas entre arquitetos e engenheiros perante a mão de obra executora, mas as relações capitalistas de trabalho a partir do canteiro de obras. Uma forma de se superar essa relação, seria por meio dos “Canteiros Escolas” na produção de habitações populares, ou seja, a produção não seria apenas para a execução do produto habitação, mas também para o ensino e profissionalização dos pedreiros e serventes. Ferro (2006) aponta no regime capitalista, a habitação (produzida em larga

escala ou para renda) e uma mercadoria igual a todas as outras, pois desde seu objetivo principal, que é a geração de lucro até a sua produção.

Descrevemos rapidamente, adiante, a forma manufatureira atual da produção do objeto arquitetônico. Convém resumir, para o que nos interessa neste momento, que é processo descontínuo, heterogêneo, heterônomo, no qual a totalização do trabalhador coletivo, sua raiz, vem inevitavelmente de fora, do lado do proprietário dos meios de produção. Sem essa totalização, nas condições dominantes de esfrelamento e acefalia impostas à produção, não há produto - e mercadoria, portanto. (FERRO, 2006, p. 106)

Processo esse que para ele tem o desenho (projeto arquitetônico) importante papel, pois,

[...] a função fundamental do desenho de arquitetura é possibilitar a forma mercadoria do objeto arquitetônico que sem ele não seria atingida (em condições não marginais). Com efeito, o desenho de arquitetura é mediação insubstituível para a totalização da produção sob o capital. (FERRO, 2006, p. 106).

Para Ferro (2006), o desenho na organização do espaço, tem mais a função de obter lucro do que a implicação de utilizar a técnica para a maior qualidade dos espaços e atendimento às necessidades dos usuários, assim “[...] o desenho de arquitetura é caminho obrigatório para extração de mais-valia e não pode ser separado de qualquer outro desenho para a produção.” (FERRO, 2006, p. 108).

Verificamos que tempos atuais não são apenas os profissionais executores que estão sendo alienados e explorados nas grandes obras privadas e públicas, mas o próprio arquiteto urbanista, viu seu papel de detentor da técnica ser diminuído pelos interesses do capital. Shimbo (2010) mostra o papel dos arquitetos na elaboração dos empreendimentos do “Programa Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV 2009-2019), onde todas as decisões partem dos grandes empreiteiros e os arquitetos apenas desenvolvem os desenhos executivos para adaptar os projetos modelos já definidos (aqueles com o menor custo possível e o mínimo de qualidade espacial), para encaixar em cada localidade. Nesses casos, o profissional não fica alienado apenas às decisões projetuais, como a totalidade do processo e aos canteiros de obras (ficaram no comando dos engenheiros). Os poucos arquitetos das construtoras, gerenciam o processo do escritório central e a mão de obra (que executa os detalhamentos) é subcontratada em escritórios de arquitetura menores.

No caso dos profissionais que atuam na iniciativa privada, Linardi (2017), mostra que nos maiores empreendimentos, as decisões e maior lucro estão nas mãos dos incorporadores, profissionais do marketing e grandes construtores. Sendo que a

maior parte dos profissionais, aqueles que atuam de forma liberal, atendem os desejos dos clientes, fora de um papel social conforme defendido pelos ideais de transformação social.

Apesar do cenário atual (ou por motivo dele) a conceituação da função social e profissional divulgada pelo CAU, temos como foi realizada na entrevista com a arquiteta e urbanista Angela Gordilho,

[...] Muito mais do que trabalhar com arquitetura para camadas de rendas diferenciadas, que não têm acesso a arquitetura, a nossa função social hoje é, principalmente, trabalhar com a cidade. Entender a cidade no seu conjunto. Atualmente, cada vez mais, a produção da cidade é feita de forma fragmentada, setorial, abandonando a ideia de planejamento e de perspectivas de métodos de qualificação, de ampliação e de expansão da cidade. (CAU, 2012, p. 2).

Como conceituação por parte da academia apresentada institucionalmente, temos a da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS, 2019, p. 1), “A função social consiste na prevalência do interesse público em relação ao interesse privado na prática de uma atividade. A arte, a ciência ou a arquitetura estarão cumprindo sua função social quando sua prática gerar resultados que contribuam para a construção do bem comum.”.

Refletindo pontualmente no papel profissional nas ações de ATHIS, Mendonça (2014), entende a função profissional como um **facilitador para ações concretas de transformação social**⁸. Seu trabalho mostra que o potencial profissional vai muito além da técnica construtiva e que assim como outras profissões de ensino superior, possui em divulgar os conhecimentos culturais⁹ que as classes mais abastadas acessam durante a sua formação pessoal/profissional.

⁸ A partir de sua pesquisa prática em aplicação da ATHIS para mulheres do Movimento dos Sem Terra (MST), na reforma de suas moradias autoconstruídas. Além de fornecer auxílio técnico projetual e de acompanhamento de obras, proporcionou oficinas de práticas construtivas, que foram desde a realização de levantamentos arquitetônicos à execução de construções/demolições e instalações prediais. Transformações essas, além da melhoria qualitativa da moradia, pois no aprendizado das questões construtivas, ela percebeu nas clientes um ganho de autonomia, já que as mesmas relataram que se sentiam dependentes dos homens para realizar tais atividades. E também na forma de refletir e planejar a própria vida, através das oficinas de planejamento do orçamento doméstico para financiar as obras, ação de planejamento financeiro que antes, elas nunca haviam realizado nem para as demandas diárias.

⁹ Aqui entendida como o complexo que inclui o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo ser humano não somente em família, como também por fazer parte de uma sociedade da qual é membro.

2.3 Características do bem arquitetônico, a diferença entre a Arquitetura Formal x Arquitetura Autoconstruída

Primeiramente é necessário definir o que se entende por arquitetura.

Considerando arquitetura como expressão cultural de determinado povo, em determinado local e em determinado momento, pode-se afirmar que toda expressão espacial assim produzida é arquitetura. Desta forma, tanto a edificação espontaneamente produzida (arquitetura sem projeto, aquela que o homem executa para seu próprio abrigo), como a edificação resultado de projetos, qualquer que seja seu autor, deve ter o status de arquitetura. (SEGNINI JR, 2002, p. 53).

Dessa forma a arquitetura é “[...] encarada não somente enquanto um fator de solução funcional para as necessidades humanas, mas principalmente como um claro reflexo dos dados culturais e da ideologia impressa nos edifícios pelas camadas sociais responsáveis por sua construção” (GUIMARÃES; CAVALCANTI, 1984, p. 85). Assim, para eles existe um consenso dentre as várias camadas e etnias sociais, classificando como valores positivos e negativos cada tipo de residência, os quais não são apenas aspectos referentes exclusivamente à edificação, mas também os hábitos de seus usuários. Os valores positivos são limpeza, segurança, hospitalidade e os negativos são “falta de gosto” (noções estéticas opostas, principalmente os divergentes da linguagem arquitetônica profissional e os aspectos inversos dos valores vistos como positivos. Seguindo esse raciocínio, não nos parece adequado intitular a obra produzida pelo auxílio profissional como arquitetura e a produzida sem o mesmo, de não arquitetura e sim como arquitetura formal e arquitetura autoconstruída, porém para diferenciar as duas, temos o projeto arquitetônico, como resultado do saber técnico formal, como mostra a provocação de Karl Marx (1980, p. 46),

[...] Uma aranha executa operações semelhantes as do tecelão, e a abelha supera, pela estrutura de suas células de cera, a habilidade de mais de um arquiteto. Mas o que distingue, na origem, o pior arquiteto da abelha mais esperta é que ele figura na mente a sua construção antes de transformá-la em realidade”.

Segnini Jr. (2002), explica a provocação de Marx da seguinte forma: “O “figurar na mente sua construção” significa a criação do artifício humano elaborado pelo arquiteto; trata-se do projeto arquitetônico, resultado de sua prática profissional.” (SEGNINI JR, 2002, p. 6). Ele caracterizaria a arquitetura com os atributos de arte, técnica, relação com o cliente e o mercado e como resultado da cultura.

Guimarães e Cavalcanti (1984) mostram que na autoconstrução mesmo aquelas onde o usuário também é mão de obra, nas fases tecnicamente mais complicadas, pela necessidade de maior domínio dos materiais e técnicas construtivas (fundações, execução de estrutura de concreto armado e coberturas) são contratados profissionais de execução (pedreiros, pequenos construtores), e não há a presença do projeto arquitetônico e sim apenas são realizados esboços em papel ou no chão da obra, com a disposição de tijolos e outros elementos, simulando a organização e dimensão dos ambientes. O projeto não apenas indica diferenças no planejamento espacial e de recursos da obra, como também os valores que a definiram. Definido no Brasil, com os preceitos da arquitetura modernista, o projeto arquitetônico inclui valores idealizados tecnicamente visando a racionalização dos espaços, melhor aproveitamento das condições ambientais e técnicas disponíveis.

Começaram a ser definidos os setores da residência através de atividades bem distintas, estando presentes para os dois arquitetos [Walter Gropius e Le Corbusier] a noção da casa como abrigo e refúgio, não somente contra forças naturais, mas também conta outros espaços. Tal modelo, acrescido à funcionalidade e autonomia pregados por Le Corbusier quando define a residência como “máquina de morar”, estabelecerão a configuração espacial considerada até hoje ideal para uma casa moderna: setores ÍNTIMO, SOCIAL E SERVIÇO interligados entre si, de forma que se possa transitar de um para o outro se passar pelo terceiro. (GUIMARÃES; CAVALCANTI, 1984, p. 11).

E também idealizados pelos valores do hábito de habitar das classes média e alta.

No Brasil, como demonstra Da Matta, são bem demarcados e opostos os mundos da casa - domínio da pessoa e da segurança - e da rua - local do indivíduo anônimo e do perigo. Nada mais natural, portanto, que um modelo de divisão em setores que enfatize a separação dos domínios público e privado tivesse grande aceitação, principalmente em nossas camadas médias. (GUIMARÃES; CAVALCANTI, 1984, p. 11-12).

Os autores evidenciam também a necessidade de separar os setores íntimo e social do de serviço, local principalmente ocupado pelas empregadas domésticas, da convivência da família e de seus convidados. Fato que não ocorre apenas nas residências unifamiliares, porém também nas multifamiliares, onde os prédios tem diferentes entradas sociais e de serviço, onde em outros países, a entrada de serviço tem maior caráter de local de carga e descarga, no Brasil tem o papel de demarcação social. Outro ponto interessante da setorização, é a necessidade de separar “[...] as atividades mais ligadas à Natureza (eliminar, fazer sexo, dormir e ingerir) [...]” (GUIMARÃES; CAVALCANTI, 1984, p. 14), em locais mais privados, o que nem

sempre ocorre em residências mais populares, onde os diferentes setores se misturam.

Além da questão projetual, o processo de execução da obra também diferencia a arquitetura formal da arquitetura autoconstruída, a começar que na primeira a obra total já foi planejada e os locais de expansões para necessidades futuras (quando possível) já são locados, para garantir uma unidade estética e funcional da edificação, além de economia de recursos materiais e humanos, tendo assim uma previsão de início e fim. Já a autoconstruída geralmente perdura por anos, seja por falta de recursos ou de um planejamento à longo prazo, ou até mesmo menos planejamento familiar ou maior fluidez/necessidade de mudanças do uso dos espaços, gerando em alguns casos, um aspecto de “obra não acabada”. O que impacta diretamente a forma de uso da edificação durante a sua execução.

Um dos dados que consideramos mais relevantes é o contínuo uso do espaço durante a reforma. É ele aproveitado em todas as suas potencialidades e durante todas as fases da obra. Não se tem aqui o conceito, tão presente nas camadas médias, da obra como espaço interdito, só utilizável quando aquela ficar pronta. Possivelmente, pelas dificuldades e pelo fato de o processo de construção da casa ser lento, a reforma é vivida exatamente neste aspecto processual, devendo ser o espaço usufruído e todas as fases. Não existiria aqui o sentido de somente poderem ser utilizadas obras “prontas” ou “acabadas”. (GUIMARÃES; CAVALCANTI, 1984, p. 35).

2.4 Crise na Arquitetura, Aplicação da ATHIS e Democratização

“[...] A tensão entre arte, técnica e mercado marca a profissão do arquiteto e a produção do projeto arquitetônico desde o Renascimento.” (SEGNINI JR, 2002, p. 119). A crise em se afirmar no mercado perante os profissionais de atividades afins na época de Guadet, continua hoje com as disputas profissionais entre arquitetos e urbanistas, com engenheiros civis, decoradores e designers de interiores, com o termo sombreamento Pacheco (2018) e Souza (2013). A imagem de profissional cujos serviços são voltados para as elites, partem da função profissional vinculada em propagar a imagem de poder financeiro, cultural e político dos primeiros profissionais, que produziam exclusivamente para a Igreja, a aristocracia e a burguesia (DEDECCA, 2018; PACHECO, 2018), apesar dos esforços de alguns profissionais do movimento moderno (LINARDI, 2017) e continua na maior parte das práticas atuais (FNA, 2007) até mesmo nas políticas habitacionais (SHIMBO, 2010).

Outro fator responsável pela imagem de elitização da arquitetura, foi e continua sendo o papel da mídia especializada, que divulga na maioria das publicações, os projetos e obras de altos custos voltados para a elite e os de profissionais do *Star System*¹⁰, gerando a ideia para a maior parte da população, que é um produto apenas destinado para as classes de maior renda (SOUZA, 2013). Segundo Durand (1974) já era observado na época um “drama” de ajustamento desses profissionais especializados ao setor terciário e um estereótipo difundido nas ocupações de classe média, como um “extravagante”, mais identificado como artista do que como técnico, onde

Um breve exame dos modelos de êxito perseguidos pelo arquiteto revela que o estereótipo é em grande parte justificável, e que o “drama” mencionado pode ser explorado como o conflito entre o sistema de crenças que norteia e legitima a atuação profissional do arquiteto e a prática cotidiana de trabalho, determinada pelas condições de mercado, que via de regra não propicia a realização integral e simultânea do conjunto de metas implícito no ideal da arquitetura, configurando o perfil de um profissional comumente inconformista e relação aos meios disponíveis de atuação profissional, e portanto inovador, dotado de percepção sociológica e política sensivelmente superior à média dos profissionais de nível superior e cultivador da sensibilidade artística - traços que o distinguem no mundo das ocupações terciárias especializadas. (DURAND, 1974, p. 3).

Os efeitos das crises econômicas cada vez mais afeta o mercado profissional, pelo número cada vez maior de formados em relação ao número de vagas de trabalho ou clientes em potencial (SOUZA, 2013; SEGNINI JR, 2010; DURAND 1974).

A partir da década de 1980 até grandes escritórios diminuíram o número de arquitetos e realizando parcerias com profissionais recém formados para atuarem em momentos de projetos maiores que o núcleo principal não conseguisse desenvolver, realizando trabalhos temporários, fragilizando assim, a estabilidade econômica dos profissionais (LINARDI, 2017).

Cenário que voltou a acontecer a partir da crise de 2008, mais sentida pelo setor a partir de 2014. A crise econômica é agravada ainda pela crise política com as notícias de corrupção envolvendo as principais grandes construtoras que atuam em obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) incluindo as do PMCMV. (LINARDI, 2017, p. 270-271).

Sobre a crise se tratando da implantação do regime Neoliberal, Linardi (2017, p. 272) explica que,

¹⁰ O termo se refere aos profissionais mais famosos, tanto para o grupo profissional, como para o público em geral.

[...] o que se percebe é a instauração gradativa de uma condição de instrumentalidade da ação do arquiteto para garantir o alinhamento com a prática neoliberal de produção do espaço. Prova disso é a quantidade cada vez maior de projetos e edificações descompromissados com a questão humanística, prevalecendo preocupações técnicas quase exclusivamente estilísticas e de moda em edificações contemporâneas inseridas na lógica cultural pós-moderna.

Nesse panorama cada vez mais o profissional (liberal, assalariado público ou privado) foi ficando refém da hegemonia econômica e perdendo o espaço de decisão e questionamento da ordem dominante.

No Brasil, a manifestação no território de tais lógicas de reprodução de capitais se dá de forma a acentuar as desigualdades socioespaciais principalmente nas cidades. A produção do espaço urbano segundo a ideologia neoliberal manifesta-se no espaço de forma assimétrica e dicotômica. De um lado, são produzidos espaços privilegiados como espaços de reprodução do capital; de outro lado são produzidos espaços residuais que, segundo a lógica dominante, constituem irregularidades urbanísticas. E tal configuração é estruturante de toda a ação planejadora. (LINARDI, 2017, p. 272).

Por isso, Ermínia Maricato afirma em entrevista que,

Precisamos dialogar com outros setores para mostrar o quanto a arquitetura é fundamental na vida das pessoas, explicitando o seu alcance social. Isso é importante, inclusive para ampliar o campo de atuação dos arquitetos. Não há outra saída, pois temos uma profissão que está se proletarizando pelo grande número de pessoas que estão sendo formadas pelas faculdades de arquitetura e que não tem mercado de trabalho. (SOARES; ROSSI, 2019, p. 3).

A forma de reverter esse quadro para ela é pela democratização da arquitetura, a qual não conceitua formalmente, porém pela explicação de seus possíveis efeitos, seria a distribuição mais equitativa de espaços adequados para a moradia e do acesso aos serviços de arquitetura e urbanismo.

A democratização da arquitetura e da cidade fará uma enorme diferença na vida de grande parte da população urbana, assim como na dos arquitetos, que terão outro ponto de vista de atuação profissional. A ideia é ampliar as oportunidades do acesso à arquitetura e disseminá-las, afinal, arquitetura é saúde, conforto ambiental é saúde e salubridade é saúde. (SOARES; ROSSI, 2019, p. 3).

2.5 Habitação Social, Habitação de Mercado

O conceito de habitação social é dado por Bonduki (1998) como a habitação que é produzida e financiada pelo Estado, destinada à população de baixa renda. Shimbo (2010) aponta que,

[...] historicamente, diferentes nomes atribuídos a esse tipo de produção (popular, econômica e social) e que hoje são apropriados pelo mercado imobiliário (o segmento econômico, o segmento popular, o segmento para baixa renda etc.) para designar esse seu “novo” nicho lucrativo de atuação. (SHIMBO, 2010, p. 25).

Já a habitação de mercado, é aquela produzida pelo setor privado, com objetivo de lucro. Porém o mais interessante na tese de Shimbo (2010), é demonstrar que entre a habitação social e a habitação de mercado no Brasil, existe uma zona intermediária, a qual ela chama de habitação social de mercado.

[...] voltada para imóveis residenciais com valores até duzentos mil reais e para uma faixa da população com renda familiar de até dez salários mínimos. Trata-se do “segmento econômico”, assim considerado pelo mercado, ou da **“habitação social de mercado”** [...] (SHIMBO, 2010, p. 13, grifo nosso).

Segmento esse que ela apresenta para classificar os empreendimentos do PMCMV, os quais a mesma autora mostra e também outros estudos (DIAS, 2012; MARICATO, 2012; ROLNIK, 2016; RUFINO, 2019), que foram e continuam sendo formulados para atender as necessidades de lucro do mercado e a função de multiplicador de riqueza (MAMANI, 1996) e não às necessidades de moradia com qualidade dos beneficiários.

A partir do entendimento desses conceitos, pretende-se averiguar quais as classificações de habitação que estão e serão atendidas pela ATHIS, além de quais as implicações delas no contexto social, econômico e político das cidades.

2.6 Arquiteturas Políticas e Políticas na Arquitetura

A utilização desse conceito se baseia no seu uso por Novo (2018, p. 7), que apresenta nas implicações das “[...] disputas por legitimação social e política do lugar dos arquitetos e da arquitetura no Brasil e na América durante as primeiras décadas do século XX.”. Útil para avaliar as ações políticas dos profissionais tanto para a promulgação da lei da ATHIS e demais ações tomadas para assegurar a reserva de

mercado. Já o termo políticas na arquitetura, é importante para entender as alianças políticas envolvidas nas ações de afirmação profissional.

3. Conclusões

Como podemos perceber a **Arquitetura e Urbanismo como Profissão Liberal**, é um caráter que faz parte desde o início da formalização da profissão, como forma de adquirir liberdade da concepção artística, demonstrar lealdade aos interesses do contratante/cliente e ainda não se caracterizar como um empresário, indicando que o princípio de obtenção de lucro do empresário, não corresponde à idealização do artista. O caráter de honra profissional, ordenava não apenas ter o cliente como o único pagante, como inibia a publicidade dos serviços oferecidos pelos profissionais. Essa ideia de lealdade ao cliente, é utilizada até hoje no Código de Ética e Disciplina do CAU (Lei nº 12.378/10), onde a prática de receber 5% do valor comprado pelo cliente em materiais dos fornecedores e lojistas, a Reserva Técnica (RT), é oficialmente combatido pelo Conselho, por entender a prática como vínculo financeiro que poderia interferir na lealdade ao profissional. Outro ponto relevante do caráter liberal, é que mesmo quando os profissionais atuam paralelamente em seus escritórios próprios e atuam como funcionário público e do setor privado, tendo essas ocupações como sua maior renda, entendem que se apresentar como arquiteto autônomo em primeiro lugar, traz maior reconhecimento como arquiteto, mostrando que a imagem do artista em seu ateliê ainda gera uma distinção profissional como arquiteto de fato, que as outras ocupações não possuem (DURAND, 1974).

Quanto a **Função Social e Profissional da Arquitetura e Urbanismo**, fica visível a sua relação com a qualidade técnica do espaço construído, porém a sua ampliação como transformação social, política e econômica, depende da vertente ideológica. Inicialmente servia como demonstração de poder, prestígio e projeto de nação, e atualmente também pode ser lida como um projeto de nação, porém misturando a vertente marxista, na busca da transformação social e equidade de direitos, sem excluir a geração de trabalho, renda e lucro, obedecendo às necessidades capitalistas.

Sobre as **Características do bem arquitetônico, a diferença entre a Arquitetura Formal x Arquitetura Autoconstruída**, entendemos que o que diferencia o bem arquitetônico (aquele projetado pelo profissional), como aquele

idealizado e representado no projeto arquitetônico com os conhecimentos indicados por Alberti (onde se destacam as disciplinas de conforto ergonômico, ambiental, lumínico e acústico, a plástica, e as que relacionam as funções estruturais, sem prejudicar a forma e o aproveitamento dos espaços); preocupado com as necessidades do cliente (na tentativa de não impor valores que não correspondam sua forma de viver desejada) como apontado por Guadet e com a transformação da relação social e econômica dentro e fora do canteiro de obras, como reclamado por Artigas, os arquitetos da Arquitetura Nova e Mendonça (2014).

Resumindo o tópico da “crise” profissional, entendemos como demonstra Durand (1974, p. 23-24) a mesma “tanto maior quanto mais próxima está a orientação de valor do profissional voltada a um padrão ideal de Arquitetura [...]”. Sendo os ideais identificados por ele: **arquitetura como arte** (intenção plástica na criação dos espaços); **arquitetura como ciência social** (voltada a entender as dimensões psicológicas e sociológicas dos usuários); **arquitetura como síntese** (de questões pessoais do usuário, financeiras e tecnológicas); **arquitetura como prospecção** (projeto pensado nas necessidades atuais e as futuras ainda não conscientes para o usuário); e **arquitetura como técnica** (obrigação em ser obra da técnica, materiais e processo construtivo contemporâneos, avaliados *in loco* para averiguar a viabilidade do projeto inicialmente pensado).

Já sobre a **democratização da arquitetura e urbanismo**, apesar de não termos conseguido encontrar uma definição mais precisa a partir dos conceitos apresentados até o momento, entendemos a democratização como o acesso equitativo ao espaço estruturados com serviços públicos que atendam as demandas da população; habitações adequadas conforme os parâmetros do bem arquitetônico e às necessidades particulares de moradia dos usuários; acesso aos profissionais tanto de ensino superior como mão de obra executora, preparados para esse atendimento, em relações de trabalho mais justas (melhor renda, condições de trabalho, direitos trabalhistas e mais oportunidades de aprendizado e autonomia). Assim, uma promoção de arquitetura e urbanismo que realmente transforme as realidades sociais.

Os conceitos de **habitação social, habitação de mercado e habitação social de mercado**, são relevantes para mostrar a intenção da produção habitacional produzida pelo Estado, pelo mercado ou na parceria Estado e mercado, pois cada um

deles equilibra as necessidades dos usuários, da geração de emprego e lucro de uma forma, conforme seus interesses políticos, econômicos e sociais. Os quais, atingem de formas diferentes a prática arquitetônica, nas dimensões de autonomia projetual e relações trabalhistas. Por fim, estes instrumentos se relacionam nas **arquiteturas políticas** e as relações **políticas na arquitetura**, na busca de sua afirmação profissional e reserva de mercado.

Concluimos que o entendimento desses instrumentos, é o início para repensar a inserção desses profissionais nos mercados da construção civil, principalmente o específico da habitação popular.

4 Referências Bibliográficas

ARTIGAS, Vilanova. **Caminhos da Arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

BRASIL. **Lei Nº 11.888, Assistência Técnica**, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 24 dez. 2008.

CASTILHO, J. R. F. **O Arquiteto Como Profissional Liberal: O Código Guadet (1895)**. Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.168/5221. Acesso em 29 de julho de 2019.

CONSELHO de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **Pesquisa CAU/BR Datafolha**. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>. Acesso em 15 jan. 2019.

CUNHA, Egláisa Micheline Pontes; ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de; MEDEIROS, Yara (org.). **Experiências em habitação de interesse social no Brasil**. Brasília : Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

DEDECCA, Paula Gorenstein. **Sociabilidade, crítica e posição: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate do moderno em São Paulo (1945-1965)**. São Paulo. FAU/USP. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo). 2012.

DURAND, José Carlos Garcia. **A profissão de arquiteto: estudo sociológico**. São Paulo: CREA, 1974.

FERRO, Sérgio. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

GORDILHO, Angela. O papel social da arquitetura na atualidade. **CAU/BA**, Bahia. Disponível em: <http://www.cauba.gov.br/o-papel-social-da-arquitetura-na-atualidade/>. Acesso em 15 jan. 2019.

GUIMARAENS, Dinah; CAVALCANTI, Lauro. **Morar: a casa brasileira**. Rio de Janeiro: Avenir, 1984. 94 p.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. 1. ed. ampl. São Paulo: Perspectiva, 2002. xx, 578 p.

LINARDI, Fabrício de Francisco. **A desconexão contemporânea da práxis da arquitetura e do urbanismo no Brasil**. 2017. CEATEC/PUC Campinas. Tese (Doutorado em Urbanismo). 2017.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando conceitos**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MARX, Karl. **O Capital - Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6a. edição, 1980, pág. 46.

MENDONÇA, Carina Guedes de. **Arquitetura na Periferia: Uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres**. 2014. EA/UFMG. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2014.

NOVO, Leonardo Faggion. **Entre arte e técnica: arquiteturas políticas na legitimação da profissão no Brasil [1920-1930]**. Campinas. IFCH/UNICAMP. Dissertação (Mestrado em História na área de Política, Memória e Cidade). 2018.

PACHECO, Cristiano Ricardo de Azevedo. **Arquitetura e Urbanismo: Estratégias Profissionais, Disputas Mercadológicas e Ascensão Profissional**. São Cristóvão. PPGS/UFS. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia). 2018.

ROLNIK, Raquel. As Armadilhas do Pacote Habitacional. Seção Moradia Popular. In: Le Monde Diplomatique Brasil. [S.l]: 2016. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=461>. Acesso em 15 fev. 2019.
SALVATORI, Elena. **Arquitetura no Brasil: ensino e profissão**. Arquitetura revista - Vol. 4, n° 2:52-77 (julho/dezembro 2008). ISSN 1808-5741.

SEGNINI JR, F. **A Prática Profissional do Arquiteto em Discussão**. São Paulo. FAU/USP. 2002. Tese de Doutorado. 2002.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. 2010. São Carlos. PPGAU/EESC. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). 2010.

SOUZA, Jacqueline Adriana Diorio de. **A Prática Profissional do Arquiteto no Brasil: O debate em revistas especializadas (1962-1996)**. São Paulo. IAU/USP. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo). 2013.

THIESEN, José Rodolfo Pacheco. **Trabalho, Estética, Arquitetura: A contribuição de György Lukács para um estudo crítico sobre a responsabilidade social do arquiteto**. 2015. São Carlos. IAU/USP. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2015.

TITTON, Cláudia Pauperio; LEITE, Carlos. **Reflexões Acerca do Papel da Arquitetura e do Urbanismo na Cidade Contemporânea**. 2011. Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. ISSN 1809-4120. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/dhtml/seer/index.php/cpgau>. Acesso em: 30 jul. 2019.